

CAPÍTULO 4

COMUNIDADE SURDA, CULTURA VISUAL E RESISTÊNCIA LINGUÍSTICA: IDENTIDADES, PRÁTICAS CULTURAIS E LUTAS PELO RECONHECIMENTO DA LIBRAS

 <https://doi.org/10.68044/24c8qf47>

Geraldo Venceslau de Lima Júnior ¹

*Mestre em Ensino e Formação Docente da Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e professor efetivo da IFCE.*

Maisa Conceição Silva ²

*Doutorada em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia
(PPGEL/UFU).*

Gleice Kelly Rocha do Nascimento ³

*Graduada em Pedagogia pela Instituto Nacional Educação de Surdos e Professora
de Libras no Seduc Goiás.*

Cleyton Costa dos Santos ⁴

*Doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da
Universidade Federal do Ceará (PPGLin/UFC) e professor substituto de Libras no
Instituto Federal do Ceará (IFCE), campus Itapipoca.*

Patricia Kelly Pinheiro Souza ⁵

*Mestra em Educação pelo Programa de Mestrado Profissional do Instituto
Nacional de Educação de Surdos (INES).*

Nyce Marcelle de Leon Rocha Vieira de Melo ⁶

*Doutoranda em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa
Catarina (UFSC) e professora efetiva do Instituto Federal de São Paulo (IFSP –
Reitoria).*

RESUMO: Este estudo aborda as relações entre comunidade surda, cultura visual e resistência linguística, considerando a Libras como fundamento de pertencimento, produção identitária e participação social. O objetivo consiste em analisar como experiências visuais, práticas culturais e mobilizações coletivas contribuem para a afirmação das identidades surdas e para as lutas pelo reconhecimento efetivo dos direitos linguísticos. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa, fundamentada nos Estudos Surdos, nos Estudos Culturais e nas discussões sobre políticas linguísticas. A análise evidencia que a literatura surda, as artes visuais, as festividades comunitárias, a poesia sinalizada, o slam e os espaços educacionais bilíngues constituem formas de criação, memória e resistência às práticas ouvintistas. Demonstra-se, ainda, que o reconhecimento jurídico da Libras representa uma conquista histórica, embora sua efetivação permaneça condicionada à ampliação da acessibilidade linguística, da educação bilíngue e do protagonismo surdo. Conclui-se que a valorização da cultura visual e das práticas em Libras é indispensável à cidadania e ao reconhecimento social da comunidade surda.

Palavras-chave: Comunidade surda; Cultura visual; Resistência linguística; Identidade surda; Libras.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os debates desenvolvidos no campo da Linguística, dos Estudos Surdos e dos Estudos Culturais têm provocado importantes deslocamentos na compreensão da surdez. Em oposição às interpretações estritamente clínicas, centradas na perda auditiva, consolidou-se uma perspectiva que reconhece os sujeitos surdos como integrantes de coletividades linguísticas e culturais constituídas por experiências visuais, práticas comunitárias, memórias compartilhadas e usos sociais das línguas de sinais. Esse deslocamento não significa ignorar as diferentes condições audiológicas, mas recusar

que elas sejam tomadas como explicação suficiente para as formas de existência, identificação e participação social das pessoas surdas. A história cultural dos surdos evidencia, justamente, que língua, identidade, pedagogia, memória e resistência se articulam na produção de modos próprios de interpretar o mundo e de nele atuar (Perlin; Strobel, 2014).

A comunidade surda, nessa perspectiva, não deve ser compreendida como agrupamento homogêneo definido exclusivamente por uma condição corporal. Trata-se de uma formação social dinâmica, atravessada por diferenças regionais, geracionais, raciais, de gênero, classe, escolarização e trajetória linguística. Seus vínculos são construídos mediante o compartilhamento da Libras, a participação em associações, escolas, movimentos políticos, espaços culturais, ambientes religiosos, práticas esportivas e redes digitais. Santana e Bergamo (2005) observam que as categorias cultura surda e identidade surda são produzidas em meio a disputas sociais e teóricas, exigindo cautela para que não sejam transformadas em essências imutáveis. Em direção semelhante, Lopes e Veiga-Neto (2006) demonstram que a convivência entre pares, a experiência do olhar, a participação coletiva e a mobilização política funcionam como marcadores culturais por meio dos quais os sujeitos narram e reelaboram suas identidades.

A constituição comunitária depende, portanto, de territórios materiais e simbólicos nos quais as interações em Libras possam ocorrer de maneira efetiva. Durante muito tempo, escolas e associações representaram alguns dos principais espaços de encontro, circulação linguística e formação de lideranças. Esses ambientes possibilitaram a transmissão de conhecimentos entre gerações, a produção de narrativas comuns e o fortalecimento de pautas coletivas. Contudo, a comunidade não se limita às instituições formais, uma vez que também se manifesta em festas, encontros informais, atividades de lazer, produções artísticas e circuitos urbanos. Ao estudar festas juninas frequentadas por pessoas surdas na cidade de São Paulo, Magnani (2007) evidencia que as redes de sociabilidade constroem pertencimentos e formas específicas de ocupação dos espaços urbanos. Desse modo, a vida comunitária não constitui dimensão secundária, mas condição relevante para o desenvolvimento linguístico, cultural e político.

A noção de forma de vida surda amplia essa discussão ao mostrar que a experiência de ser surdo se constitui por meio de múltiplos marcadores, entre os quais se encontram a língua de sinais, o olhar, a experiência visual-gestual, a reunião em espaços físicos ou virtuais, a memória e o sentimento de distinção cultural. Tais elementos não determinam uma identidade única, mas oferecem referências compartilhadas para diferentes processos de subjetivação

(Witchs; Lopes, 2018). Assim, reconhecer a existência de uma comunidade surda implica compreender que a Libras ultrapassa sua função comunicativa imediata: ela participa da formação de vínculos, da organização do pensamento, da produção de conhecimentos e da elaboração de sentidos sobre a própria experiência social.

Nesse cenário, a cultura visual ocupa posição fundamental. A visualidade não pode ser reduzida ao emprego ocasional de imagens ou à ideia de compensação sensorial pela ausência da audição. Ela corresponde a uma forma de produzir, organizar, registrar e compartilhar significados por meio do corpo, do espaço, do movimento, das expressões faciais, das narrativas sinalizadas e dos diferentes artefatos imagéticos. Lebedeff (2010) destaca que a experiência visual envolve práticas comunitárias e culturais, como nomes visuais, metáforas, formas de humor, marcações temporais e estratégias próprias de leitura. Por isso, afirmar que os surdos são sujeitos visuais exige reconhecer a visualidade como dimensão epistemológica e cultural, e não apenas como recurso pedagógico empregado para facilitar conteúdos originalmente concebidos segundo parâmetros ouvintes.

A arte surda, a literatura em Libras, o teatro, a poesia sinalizada, o cinema, a fotografia, o desenho e as produções audiovisuais digitais constituem espaços privilegiados de autorrepresentação. Nessas manifestações, o corpo que sinaliza deixa

de ocupar a posição de objeto observado pelas instituições médicas e educacionais e assume a condição de produtor de discursos, memórias e interpretações. Santos Neto, Jesus e Gomes (2017) compreendem a arte surda como artefato cultural capaz de estabelecer relações entre cultura surda e cultura visual, expressando identidades, trajetórias, conflitos e reivindicações. A produção artística torna visíveis experiências historicamente silenciadas e possibilita que os próprios sujeitos surdos contestem imagens estereotipadas construídas a seu respeito.

As produções literárias também participam desse movimento. A literatura surda não se caracteriza simplesmente pela presença de personagens surdos, mas pela incorporação de perspectivas culturais, experiências visuais, formas de narrar e processos de identificação vinculados à língua de sinais. Karnopp (2006) demonstra que textos e imagens podem favorecer a autorrepresentação da comunidade surda e a legitimação de suas diferenças. Posteriormente, a autora observa que narrativas produzidas por surdos tensionam representações baseadas na superação individual, na normalização e na compensação da surdez, destacando o pertencimento comunitário e a legitimidade das formas surdas de existência (Karnopp, 2010). As produções em Libras configuram, assim, espaços de contestação nos quais são elaborados outros discursos sobre língua, corpo, cultura e identidade (Karnopp, 2013).

A dimensão política dessas práticas torna-se ainda mais evidente na poesia periférica e no slam surdo. Por meio da performance corporal, da Libras e de recursos visuais, poetas surdos articulam experiências de opressão, desigualdade, racismo, exclusão linguística e reivindicação de cidadania. A literatura passa a funcionar como instrumento de tensionamento das políticas linguísticas e das relações assimétricas entre a Libras e a língua portuguesa, além de contribuir para a preservação da memória coletiva (Medeiros; Santos; Santos, 2021). O slam, por sua vez, promove fortalecimento identitário, pertencimento e reexistência, permitindo que artistas surdos ocupem espaços culturais e confrontem a ordem social fundamentada na centralidade da oralidade (França; Leite, 2024).

Essa resistência linguística possui raízes históricas. Durante longo período, políticas educacionais orientadas pelo oralismo proibiram ou deslegitimaram o uso das línguas de sinais, buscando adaptar os surdos às práticas comunicativas da maioria ouvinte. Apesar das tentativas institucionais de apagamento, a língua de sinais permaneceu viva nas interações entre estudantes e nas redes comunitárias. Witches e Teixeira (2019) denominam esse fenômeno de bilinguismo clandestino, ressaltando que as práticas linguísticas desenvolvidas à margem das determinações oficiais contribuíram para a conservação da língua e para a constituição de formas contemporâneas de ser surdo. A resistência, portanto, não começou

com o reconhecimento jurídico da Libras; ela antecedeu a legislação e foi condição para que esse reconhecimento se tornasse possível.

No Brasil, a oficialização da Libras pela Lei nº 10.436/2002 e sua regulamentação pelo Decreto nº 5.626/2005 resultaram de um processo prolongado de organização comunitária, produção acadêmica e mobilização política. Esses dispositivos representaram uma ruptura importante com discursos que classificavam a língua de sinais como gestualidade improvisada ou recurso auxiliar. Entretanto, a conquista legal não deve ser interpretada como concessão espontânea do Estado, pois foi impulsionada pelo protagonismo das comunidades e do movimento social surdo (Brasil, 2002; Brasil, 2005; Kendrick; Cruz, 2018). As pesquisas linguísticas contribuíram para demonstrar a estrutura e a complexidade da Libras, enquanto associações, lideranças e pesquisadores atuaram na construção de uma agenda pública baseada em direitos linguísticos.

As relações entre movimento surdo, universidades e instituições educacionais foram decisivas para a transformação dos discursos sobre surdez e educação. Quadros (2006) demonstra que a implementação de políticas linguísticas depende de negociações que ultrapassam a existência formal das leis, envolvendo condições políticas, econômicas, administrativas e formativas. Thoma e Klein (2010) acrescentam que as articulações entre mobilizações comunitárias e produção acadêmica favoreceram uma virada

epistemológica nos campos educacional, cultural e político. Desse processo resultou uma compreensão segundo a qual a educação de surdos não pode ser organizada apenas como adaptação individual à escola monolíngue, devendo assegurar ambientes nos quais a Libras seja língua de instrução, interação, produção cultural e construção de conhecimentos.

A mobilização em defesa das escolas bilíngues evidencia a continuidade dessas disputas. Diante da possibilidade de fechamento de instituições historicamente relevantes e da subordinação das reivindicações linguísticas às políticas gerais de inclusão, lideranças surdas organizaram manifestações, documentos, campanhas e interlocuções com o poder público. Campello e Rezende (2014) mostram que a inclusão das escolas e classes bilíngues no Plano Nacional de Educação foi resultado de uma mobilização nacional marcada pelo protagonismo de pesquisadores e ativistas surdos. Mais recentemente, a Lei nº 14.191/2021 inseriu a educação bilíngue de surdos como modalidade na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, fortalecendo juridicamente a defesa da Libras como primeira língua e da língua portuguesa escrita como segunda língua nos contextos educacionais correspondentes (Brasil, 2021).

Mesmo diante desses avanços, o reconhecimento jurídico não eliminou a desigualdade entre as línguas. A Libras ainda encontra restrições em instituições de ensino, serviços públicos, espaços

culturais, meios de comunicação e ambientes profissionais. A exigência de domínio da língua portuguesa como principal critério de competência acadêmica e social frequentemente desconsidera as condições desiguais de acesso linguístico vivenciadas pelos surdos. A resistência linguística, nesse contexto, não representa rejeição à língua portuguesa, mas contestação de uma hierarquia que a estabelece como única língua legítima de conhecimento, cidadania e participação pública. Trata-se de reivindicar um bilinguismo que não subordine a Libras, mas reconheça sua centralidade na formação linguística, cultural e identitária das pessoas surdas sinalizantes.

Brito (2019) demonstra que a aproximação entre ativistas surdos e pesquisadores das áreas da Linguística e da Educação contribuiu para transformar a ideologia coletiva do movimento, fortalecendo a compreensão da surdez como particularidade linguística e cultural. A oficialização da Libras passou a ocupar posição central em uma agenda que articulava direitos sociais, educacionais e comunicacionais. Ao retomar essa trajetória, Brito (2025) evidencia que o ativismo político-cultural surdo conferiu à campanha pela Lei de Libras uma dimensão de disputa simbólica contra a interpretação medicalizante da surdez. Por essa razão, o direito de utilizar a língua de sinais relaciona-se ao direito de existir publicamente como sujeito surdo, participar das decisões coletivas e

produzir conhecimentos sem abandonar sua língua e seus referenciais culturais.

Diante desse quadro, formula-se o seguinte problema de pesquisa: de que maneira as experiências comunitárias e as práticas culturais fundamentadas na visualidade e na Libras contribuem para a construção das identidades surdas e para a produção de estratégias de resistência linguística diante das relações históricas de poder que privilegiam a oralidade e a língua portuguesa? A questão torna-se relevante porque permite relacionar dimensões frequentemente analisadas de forma separada: a organização comunitária, a produção cultural visual, os processos identitários, a mobilização política e a efetivação dos direitos linguísticos.

O objetivo geral consiste em analisar as relações entre comunidade surda, cultura visual e resistência linguística, considerando as práticas culturais e as lutas pelo reconhecimento social, educacional e político da Libras. Busca-se compreender como os espaços comunitários favorecem o pertencimento e a circulação da língua; examinar de que forma manifestações artísticas, literárias e performáticas produzem autorrepresentações; e discutir como essas experiências se conectam às mobilizações por políticas linguísticas e educação bilíngue. A relevância científica reside na articulação entre Estudos Surdos, Estudos Culturais e políticas linguísticas, enquanto a importância social decorre da necessidade de problematizar a distância

ainda existente entre o reconhecimento legal da Libras e sua efetiva presença nas instituições brasileiras.

Adota-se uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada em artigos científicos nacionais sobre cultura surda, visualidade, literatura, movimento social, história da educação e políticas de reconhecimento da Libras, bem como em documentos legais relacionados aos direitos linguísticos. Além desta introdução, o artigo organiza-se em eixos que discutem a constituição das comunidades e identidades surdas; a visualidade e as produções culturais em Libras; os processos históricos de repressão e resistência linguística; e as mobilizações pelo reconhecimento jurídico, educacional e social da língua. Ao reunir essas dimensões, procura-se demonstrar que a Libras não constitui somente um instrumento de comunicação, mas um patrimônio linguístico-cultural e um espaço fundamental de memória, pertencimento, criação e ação política.

REFERENCIAL TEÓRICO

A comunidade surda não se confunde com o conjunto estatístico das pessoas que apresentam algum grau de perda auditiva. Sua constituição decorre de vínculos linguísticos, experiências históricas compartilhadas, redes de sociabilidade, formas de organização política e práticas de significação mediante as quais determinados sujeitos se reconhecem como participantes de uma

coletividade. A passagem do critério audiológico para o critério sociocultural altera o próprio estatuto da surdez: em lugar de uma condição individual definida exclusivamente pela falta, passa-se a considerar uma diferença vivida em relações sociais, produzida em uma modalidade comunicativa gestual-visual e atravessada por valores, memórias e modos particulares de ocupar o mundo. Magnani distingue esses dois campos ao mostrar que a categoria clínica reúne pacientes segundo graus de perda auditiva, enquanto a perspectiva antropológica focaliza os vínculos construídos entre pessoas que simbolizam e se comunicam por modalidades distintas daquela predominantemente auditivo-oral (Magnani, 2007, p. 2-3).

Essa compreensão impede que a noção de comunidade seja tomada como sinônimo de território fixo, homogeneidade absoluta ou unanimidade ideológica. A comunidade surda concretiza-se em associações, escolas, universidades, coletivos artísticos, organizações religiosas, grupos esportivos, movimentos políticos, encontros familiares e ambientes digitais. Tais espaços funcionam como pontos de circulação da Libras, de narrativas históricas, de repertórios humorísticos, de conhecimentos sobre direitos e de modelos surdos de identificação. A escola de surdos ocupou posição histórica importante nessa aproximação, embora também tenha submetido a vida coletiva a normas disciplinares próprias da instituição escolar. Por isso, a luta, a convivência entre pares e a experiência do olhar são marcadores

culturais que não se restringem ao conteúdo curricular, mas participam da formação dos modos de ser e de narrar-se (Lopes; Veiga-Neto, 2006, p. 81-82). Em perspectiva antropológica, a rede comunitária deve ser percebida por seus trajetos e circuitos, pois seus integrantes transitam entre diferentes instituições e constroem pertencimentos que excedem uma localidade única (Magnani, 2007, p. 4-7).

O pertencimento linguístico assume centralidade nesse processo. Perlin e Strobel assinalam que a vinculação ao povo surdo se realiza “por meio do uso da língua de sinais e da cultura surda” (Perlin; Strobel, 2014, p. 26). A Libras permite interlocução direta, compartilhamento de experiências, transmissão intergeracional de conhecimentos e elaboração de referências positivas sobre a surdez. Para muitas crianças nascidas em famílias ouvintes, o contato com outros surdos constitui a primeira oportunidade de participar plenamente de uma interação linguística e de reconhecer uma vida adulta possível em sua própria língua. Esse encontro não apenas amplia a comunicação; ele reorganiza a relação do sujeito consigo, com o passado e com as expectativas de futuro. A língua, portanto, não atua como simples instrumento exterior à identidade, mas como prática social na qual se constroem posições de sujeito e se negociam sentidos de pertencimento.

Entretanto, a centralidade da Libras não autoriza a concepção de uma identidade única, estável ou imune às diferenças internas.

Identities são constituídas em práticas discursivas e relações de poder, razão pela qual uma pessoa pode reconhecer-se simultaneamente como surda, negra, indígena, mulher, homem, pessoa LGBTQIA+, moradora da periferia, integrante de determinada geração, profissional ou participante de uma tradição religiosa. Santana e Bergamo observam que os papéis sociais não são homogêneos e que a identidade resulta de circunstâncias sócio-históricas, e não de uma essência inerente ao indivíduo (Santana; Bergamo, 2005, p. 568-571). A experiência de Edinho Poesia, homem negro, surdo e periférico, exemplifica como pertencimentos linguísticos, raciais e territoriais se articulam na produção artística e na formulação de demandas públicas (Medeiros; Santos; Santos, 2021, p. 6953). Assim, falar em identidades surdas no plural permite reconhecer uma base de mobilização comum sem apagar desigualdades de classe, raça, gênero, geração, escolarização, região, modalidade comunicativa ou acesso tardio à língua de sinais.

Também não se deve converter a fluência em Libras em critério de pureza cultural ou mecanismo de exclusão. Há sujeitos surdos oralizados, implantados, usuários de aparelhos auditivos, bilíngues ou multilíngues, pessoas que adquiriram Libras tardiamente e outras que alternam recursos comunicativos conforme o contexto. A experiência comunitária pode transformar suas relações com a surdez sem exigir o abandono de repertórios previamente construídos. O

ponto político decisivo não consiste em prescrever uma identidade legítima, mas em garantir condições para que a aproximação com a Libras e com outros surdos seja efetivamente possível. Quando essa possibilidade é negada na infância, uma escolha futura já se encontra condicionada pela privação linguística. Quando é assegurada, ampliam-se as condições de participação, autonomia e produção subjetiva.

Witchs e Lopes demonstram que a língua de sinais, embora fundamental, integra um conjunto mais amplo de marcadores: reunião em espaços físicos ou virtuais, olhar, experiência visual-gestual, temporalidade, memória de luta e formas de identificação (Witchs; Lopes, 2018, p. 6-7, 13-15). A cultura surda, desse modo, não se reduz a um inventário de objetos nem a um atributo automaticamente produzido pela condição biológica. Ela se atualiza em práticas: na escolha de um sinal pessoal, na organização espacial de uma conversa, na atenção visual compartilhada, na circulação de vídeos em Libras, na criação artística, na reivindicação de direitos e no cuidado entre membros de uma rede. Os artefatos materiais e simbólicos adquirem valor porque condensam experiências e tornam reconhecíveis formas coletivas de existência.

Essa abordagem relacional permite ainda compreender a presença de ouvintes sem diluir o protagonismo surdo. Familiares, intérpretes, docentes, pesquisadores e aliados podem participar de

circuitos comunitários, desde que sua atuação não substitua a palavra política dos surdos nem restabeleça relações tutelares. A pertença, nesse caso, apresenta graus e posições distintas: compartilhar objetivos, aprender Libras e apoiar demandas não equivale a ocupar a experiência de ser surdo. Tal distinção preserva a abertura das redes de cooperação e, ao mesmo tempo, reconhece a autoridade epistêmica daqueles que vivenciam diretamente barreiras linguísticas e processos de normalização. A comunidade configura-se, portanto, como espaço de sociabilidade, produção cultural e ação política, no qual diferenças internas são negociadas sem que se perca a reivindicação coletiva por reconhecimento.

A cultura visual não deve ser interpretada como compensação destinada a suprir uma audição considerada ausente. Essa leitura manteria a experiência surda subordinada ao padrão ouvinte, tratando a visão como recurso secundário diante de uma suposta normalidade auditiva. A visualidade constitui, ao contrário, uma orientação perceptiva, linguística, cognitiva e cultural que organiza modos de interação, produção de conhecimento e criação estética. Não se trata apenas de afirmar que pessoas surdas veem, mas de analisar como relações sociais predominantemente visuais conferem funções específicas ao olhar, ao corpo, ao espaço, ao movimento, às expressões faciais e à atenção compartilhada. Lebedeff amplia esse entendimento ao afastá-lo de uma definição estritamente linguística:

Os surdos têm sido narrados como sujeitos visuais há muito tempo. Entretanto, Skliar (2001) comenta que muitas vezes a caracterização dos surdos enquanto sujeitos visuais fica restrita a uma capacidade cognitiva e/ou linguística de compreender e produzir informação em língua de sinais. Este autor salienta que a experiência visual dos surdos envolve, para além das questões linguísticas, todo tipo de significações comunitárias e culturais, exemplificando: os surdos utilizam apelidos ou nomes visuais; metáforas visuais; imagens visuais, humor visual; definição das marcas do tempo a partir de figuras visuais, entre tantas outras formas de significações (Lebedeff, 2010, p. 176).

A experiência visual atravessa o cotidiano e estrutura convenções coletivas. O sinal pessoal identifica alguém por uma configuração visual socialmente reconhecida; o humor explora ambiguidades do movimento e do espaço; as narrativas articulam direção do olhar, expressão corporal, incorporação de personagens e mudanças de perspectiva; a gestão de turnos exige estratégias visuais de chamada e manutenção da atenção. Em reuniões, salas de aula ou eventos, iluminação, disposição dos assentos e ausência de obstáculos visuais interferem diretamente na possibilidade de participação. A arquitetura comunicacional deixa, assim, de ser um aspecto decorativo e passa a integrar as condições de acesso linguístico.

A Libras materializa de maneira privilegiada essa experiência por ser uma língua visual-espacial, dotada de organização gramatical própria. Sua produção e compreensão mobilizam mãos, corpo, expressões não manuais, localização, orientação, movimento e uso

discursivo do espaço. Reduzi-la a gestos que representam palavras portuguesas elimina sua autonomia estrutural e subordina a modalidade visual à lógica de uma língua oral-auditiva. A resistência a essa redução possui relevância científica e política: reconhecer a Libras como língua significa admitir que conhecimento abstrato, argumentação, poesia, humor, ensino e reflexão metalinguística podem ser plenamente elaborados em outra modalidade. O corpo sinalizante não ilustra uma mensagem concebida em português; ele participa da materialidade linguística em que a mensagem é produzida.

O conceito de experiência visual-gestual aprofunda essa relação ao fundir visão, espaço e comunicação como marcador de uma forma de vida. Witchs e Lopes mostram que essa experiência se articula à convivência comunitária e à temporalidade, pois compreender um mundo nem sempre traduzido ou acessível pode demandar ritmos diferentes daqueles impostos por instituições organizadas para ouvintes (Witchs; Lopes, 2018, p. 14-15). A noção de tempo torna-se especialmente relevante em situações mediadas por interpretação, leitura de legendas ou alternância entre materiais projetados e exposição em Libras. Exigir que o estudante observe simultaneamente o intérprete, a projeção e a anotação no quadro criam uma sobrecarga visual que não se resolve com a simples presença formal de acessibilidade. Um desenho pedagógico adequado distribui

informações temporalmente, respeita os campos de visão e oferece materiais que possam ser revisitados.

Daí a importância do letramento visual. Imagens não são transparentes nem universalmente compreendidas; sua leitura depende de convenções, experiências culturais, repertórios e estratégias interpretativas. Lebedeff sustenta que o letramento visual precisa ser entendido como prática social e cultural de leitura de imagens, desenvolvida intencionalmente em processos escolarizados ou não escolarizados (Lebedeff, 2010, p. 178-179). Para estudantes surdos, isso implica ir além da inserção ocasional de figuras em aulas planejadas segundo uma linearidade verbal. Diagramas, mapas conceituais, sequências de imagens, vídeos em Libras, infográficos, histórias visuais, modelos tridimensionais e registros gráficos devem integrar objetivos cognitivos explícitos. A imagem usada apenas como enfeite preserva a hegemonia do texto escrito; a imagem tratada como texto permite comparar, inferir, argumentar e construir conceitos.

Essa perspectiva demanda uma pedagogia que não confunda educação bilíngue com tradução simultânea de uma aula originalmente concebida para ouvintes. A Libras precisa atuar como língua de instrução, interação, avaliação e produção intelectual, enquanto o português escrito é ensinado como segunda língua, com metodologias compatíveis com a experiência linguística do estudante. Professores surdos ocupam papel estratégico porque oferecem

modelos de uso acadêmico da Libras, repertórios culturais e formas de organização visual da aprendizagem. Professores ouvintes bilíngues, intérpretes e demais profissionais também são necessários, mas suas atribuições não são intercambiáveis: interpretar não equivale a ensinar, e conhecer vocabulário sinalizado não equivale a dominar uma língua de instrução.

No campo tecnológico, a visualidade aparece em campanhas luminosas, alarmes vibratórios, videochamadas, legendas, janelas de Libras, plataformas de vídeo e sistemas de comunicação remota. Tais recursos são artefatos culturais porque expressam respostas coletivas a ambientes construídos segundo pressupostos auditivos. Contudo, a acessibilidade não se esgota na disponibilidade técnica. Legendas automáticas imprecisas, janelas excessivamente pequenas, vídeos sem contraste ou enquadramento adequado e interfaces que ocultam o intérprete podem manter a exclusão sob aparência inclusiva. A qualidade do acesso deve ser avaliada por usuários surdos, considerando inteligibilidade linguística, ergonomia visual, possibilidade de interação e equivalência informacional.

A cultura visual também constitui arena de disputa representacional. Imagens de pessoas surdas foram historicamente associadas à deficiência, à cura, ao sofrimento ou à excepcional superação individual. Produções elaboradas por artistas surdos deslocam esse enquadramento ao apresentar mãos, olhos, corpos

sinalizantes, encontros comunitários e símbolos de luta como presenças culturais. Santos Neto, Jesus e Gomes identificam na arte surda a manifestação de histórias, ideologias, subjetividades e denúncias contra práticas ouvintistas, o que transforma a produção estética em meio de autorrepresentação (Santos Neto; Jesus; Gomes, 2017, p. 12-13). Nas imagens analisadas pelos autores, a surdez não aparece como ausência a ser reparada, mas por meio de elementos linguísticos, identitários e políticos produzidos no interior da experiência surda (Santos Neto; Jesus; Gomes, 2017, p. 31-32).

Visualidade, portanto, não designa uma propriedade natural e indiferenciada de todos os sujeitos surdos. Seu significado emerge de práticas históricas e pode variar segundo grau de acesso à Libras, trajetória escolar, recursos tecnológicos, condição de surdocegueira e outras experiências sensoriais. Em pessoas surdocegas, por exemplo, a língua de sinais tátil reorganiza a relação entre corpo, espaço e interlocução. Reconhecer tal heterogeneidade evita transformar a cultura visual em novo determinismo. O que se afirma é a necessidade de instituições capazes de acolher modalidades diversas de percepção e linguagem, sem impor a audição e a oralidade como medidas universais da inteligência, da participação ou da cidadania.

As práticas culturais surdas constituem espaços de produção de memória, transmissão linguística, elaboração identitária e contestação de representações dominantes. Literatura em Libras, poesia sinalizada,

teatro, artes visuais, cinema, humor, festivais, festas, associações, esportes e conteúdos digitais não são manifestações periféricas de uma cultura ouvinte supostamente universal. Cada prática reelabora formas disponíveis, combina influências e produz sentidos a partir das experiências de seus participantes. A noção de artefato cultural é útil justamente porque abrange materiais, convenções, narrativas e modos de relação; seu valor não reside em uma origem pura, mas na capacidade de condensar experiências, circular conhecimentos e tornar visível uma coletividade.

A produção cultural adquire particular importância diante da longa escassez de registros nos quais os surdos apareçam como autores de sua própria representação. Currículos, obras literárias e meios de comunicação frequentemente apresentaram personagens surdos como sujeitos isolados, dependentes de reabilitação ou valorizados apenas quando se aproximavam de padrões ouvintes. Em contraposição, narrativas produzidas em Libras registram encontros comunitários, conflitos linguísticos, situações de preconceito, humor compartilhado e projetos de futuro. Karnopp explicita a relação entre intolerância linguística e desconhecimento das criações surdas:

No panorama da educação de surdos, é possível constatar que, para muitas pessoas, torna-se irrelevante e, para outras, decididamente incômoda, a referência a uma cultura surda. Em menor grau ainda, se discute a situação bilíngue de surdos. Em geral, em um contexto escolar ou clínico onde não se tolera a língua de sinais

e/ou a cultura surda, há um completo desconhecimento dos processos e dos produtos que determinados grupos de surdos geram em relação ao teatro, ao brinquedo, à poesia visual, à literatura em língua de sinais etc... (Karnopp, 2010, p. 160).

A literatura surda compreende produções em que língua de sinais, identidades e experiências culturais participam da organização narrativa, e não apenas obras que incluem uma personagem com perda auditiva. Ela pode assumir a forma de histórias originalmente sinalizadas, adaptações de narrativas tradicionais, poesia performática, contos registrados em vídeo, livros bilíngues e produções em escrita de sinais. Seu traço distintivo está na elaboração de perspectivas surdas e na abertura de outras possibilidades de representar a surdez. Karnopp define esse campo como produção que traduz a experiência visual, interpreta a surdez como presença e considera as pessoas surdas como grupo linguístico-cultural (Karnopp, 2010, p. 161). Em análises de *Cinderela Surda* e *Rapunzel Surda*, a autora identifica processos de autorrepresentação construídos pela língua de sinais e pela transformação de histórias clássicas segundo modos surdos de existência, leitura e julgamento cultural (Karnopp, 2006, p. 98-99).

O registro dessas obras envolve problemas específicos de tradução e documentação. Uma narrativa sinalizada articula movimento, simultaneidade, expressão facial, direção do olhar, incorporação e uso tridimensional do espaço. A transposição integral

para o português escrito pode reduzir tais recursos, apagar ambiguidades produtivas e reorganizar a temporalidade do texto. Por isso, filmagem, edição audiovisual, legendagem, tradução, escrita de sinais e publicação impressa devem ser entendidas como escolhas semióticas, e não como operações neutras. A preservação em vídeo mantém aspectos da performance; a tradução amplia a circulação entre públicos; a escrita de sinais cria outra forma de registro; o livro bilíngue permite relações intermodais. A questão central consiste em explicitar essas mediações e assegurar participação surda nas decisões editoriais, tradutórias e curatoriais (Karnopp, 2010, p. 161-163).

No âmbito educacional, a presença da literatura surda oferece às crianças referências linguísticas e personagens que não exigem a superação da própria diferença para alcançar reconhecimento. Ela favorece o desenvolvimento da Libras, o acesso à memória comunitária e a leitura crítica das representações de surdez. Para estudantes ouvintes, essas obras também produzem deslocamentos: demonstram que línguas de sinais possuem recursos estéticos próprios e que a cultura não se limita à materialidade sonora ou escrita. A incorporação dessas produções ao currículo deve, contudo, evitar a folclorização. Um evento isolado no calendário escolar não substitui a leitura regular, a análise estética, a contextualização histórica e o contato com autores surdos.

A poesia sinalizada radicaliza a dimensão corporal e espacial da criação. Configurações de mão, repetições, simetrias, deslocamentos, velocidade, expressões não manuais e enquadramento audiovisual podem cumprir funções comparáveis — sem serem idênticas — a ritmo, rima, aliteração e organização gráfica. Quando aborda opressão linguística, racismo, desigualdade territorial ou violência institucional, a performance converte experiência em intervenção pública. Medeiros, Silvana Aguiar dos Santos e Edvaldo Santos demonstram que a poesia surda periférica tensiona a assimetria entre Libras e português, denuncia a negação da cidadania linguística e reivindica acervos em Libras capazes de preservar a memória surda (Medeiros; Santos; Santos, 2021, p. 6953). A literatura deixa de ser entendida apenas como expressão individual e passa a atuar como forma de argumentação política e disputa de direitos.

O slam amplia esse potencial ao combinar autoria, performance, competição, participação do público e formação comunitária. Na comunidade surda, a poesia pode ser sinalizada e articulada a movimentos corporais, legendas, projeções ou interpretação, criando uma arena em que a Libras ocupa o centro do acontecimento. França e Leite identificam o slam como instrumento de fortalecimento identitário e reexistência, pois poemas de autores surdos transgridem a ordem social ouvinte e constroem reconhecimento e pertencimento (França; Leite, 2024, p. 42). O termo

reexistência é particularmente produtivo: não se trata apenas de sobreviver a práticas de silenciamento, mas de criar formas públicas de existir, nomear a opressão e projetar outras relações sociais.

As artes visuais desempenham função semelhante ao disputar quem pode produzir imagens sobre a surdez. Desenhos, pinturas, fotografias, performances, filmes e instalações elaborados por surdos tornam perceptíveis conflitos entre línguas, críticas ao oralismo, experiências escolares e sentimentos de orgulho cultural. O gesto artístico não representa uma comunidade de modo uniforme; ele oferece perspectivas situadas e, justamente por isso, rompe a representação externa que reduz os sujeitos à deficiência. A arte surda comunica ideias, crenças, lutas e trajetórias, funcionando como artefato de visibilidade e denúncia (Santos Neto; Jesus; Gomes, 2017, p. 12-13). Sua legitimação requer espaço em museus, escolas, editais, festivais e pesquisas acadêmicas, além de critérios curatoriais que reconheçam a Libras e a visualidade como linguagens de produção, e não apenas como recursos de acessibilidade.

Práticas festivas e associativas mostram que a cultura se produz igualmente na convivência cotidiana. A etnografia de Magnani sobre festas juninas de surdos em São Paulo revela encontros entre surdos, familiares, amigos e outros participantes, nos quais música, quadrilha, alimentos, conversas sinalizadas e circulação entre instituições compõem redes urbanas de sociabilidade. A presença da música não

anulava a especificidade surda nem transformava o evento em mera imitação de uma festa ouvinte; ela evidenciava trocas, usos corporais da vibração e participação de públicos diversos. As festas funcionavam como espaços alargados de encontro, e o “mar de mãos” observado pelo pesquisador demonstrava uma organização sensível e comunicativa própria (Magnani, 2007, p. 10-13). A análise impede tanto a ideia de gueto isolado quanto a expectativa de uma cultura inteiramente separada: práticas surdas apropriam-se de formas sociais mais amplas e lhes atribuem novos usos.

Associações, clubes e circuitos esportivos também favoreceram historicamente a transmissão da Libras, a formação de lideranças, a circulação de informações e a criação de solidariedades. Para sujeitos que passaram grande parte do dia em ambientes nos quais a comunicação era limitada, esses encontros possibilitaram interlocução sem mediação e reconhecimento mútuo. A relevância cultural não se encontra somente no evento formal, mas nas conversas, nos sinais emergentes, nas piadas, nos conselhos sobre trabalho, nas notícias sobre direitos e na apresentação de novos integrantes. Redes digitais prolongam hoje parte dessa sociabilidade, permitindo que vídeos em Libras circulem entre regiões e conectem pessoas que não dispõem de associações ou escolas de surdos próximas.

Essa circulação tecnológica, contudo, envolve disputas de autoria, acesso e preservação. Plataformas comerciais podem ampliar

a visibilidade e, simultaneamente, submeter conteúdos em Libras a mecanismos algorítmicos que privilegiam línguas majoritárias. Arquivos audiovisuais podem desaparecer, ser publicados sem metadados adequados ou permanecer inacessíveis para pesquisa. Uma política cultural comprometida com a memória surda deve apoiar acervos digitais, descrição bilíngue, preservação de formatos, remuneração de artistas, formação técnica e participação comunitária na definição do que será documentado. A produção cultural deixa, assim, de ocupar o lugar de complemento ilustrativo e passa a integrar o patrimônio linguístico, artístico e histórico brasileiro.

A resistência linguística surda foi constituída em condições históricas marcadas pela tentativa de substituir as línguas de sinais pela oralização. Após o Congresso de Milão de 1880, a orientação oralista ganhou força em diferentes sistemas educacionais, com proibição ou deslegitimação dos sinais, afastamento de docentes surdos e concentração do ensino em exercícios de fala e leitura labial. No Brasil, essa política não eliminou a comunicação sinalizada; produziu, antes, formas clandestinas de transmissão entre estudantes, ex-alunos, famílias e associações. Kendrick e Cruz observam que aproximadamente um século de restrição educacional causou danos profundos, mas não conseguiu extinguir a língua de sinais, posteriormente retomada como pauta de reivindicação das comunidades surdas (Kendrick; Cruz, 2018, p. 4-5).

O caráter cotidiano dessa resistência aparece em memórias de estudantes que sinalizavam quando a vigilância docente era temporariamente suspensa. Perlin e Strobel registram uma passagem autobiográfica que explicita a inventividade necessária para manter a interação:

Quando um dos professores se virava para escrever no quadro-negro, tínhamos hábito de trocar informações na língua de sinais, persuadidos de que ele não nos escutava, já que não nos via. Ora, no começo, ele se voltava todas as vezes, era estranho, não compreendíamos imediatamente por quê. Com o passar do tempo, dei-me conta de que, ao falar com as mãos, sem saber, emitíamos ruídos com a boca. Cuidamos então de não mais emitir nenhum som e, desde aquele dia, trocamos nossas lições o mais tranquilamente possível (Laboritt, 1994, p. 84 *apud* Perlin; Strobel, 2014, p. 27).

O episódio demonstra que a resistência não se restringe a manifestações públicas. Ela pode ocorrer na micro-organização do olhar, na criação de ocasiões de sinalização, na redução de ruídos corporais para escapar à vigilância e na transmissão de recursos linguísticos entre pares. O espaço instituído para impedir a Libras converte-se provisoriamente em lugar de sua continuidade. A prática clandestina preserva mais do que um código comunicativo: mantém vínculos, conhecimentos e a possibilidade de construir uma subjetividade não inteiramente capturada pelo ideal de normalização.

Witchs e Teixeira denominam “bilinguismo clandestino” o resultado paradoxal de uma educação planejada para munir os surdos de uma única língua. A imposição da língua nacional oral/escrita coexistiu com usos informais de sinais e produziu estratégias de sobrevivência que sustentaram uma resistência linguística e formas contemporâneas de ser surdo (Witchs; Teixeira, 2019, p. 1-2). Esse bilinguismo era assimétrico: o português possuía legitimidade institucional, materiais, avaliação e autoridade docente, ao passo que a língua de sinais circulava sem reconhecimento, frequentemente punida ou classificada como mímica. A clandestinidade, portanto, não constituía escolha livre, mas resposta à desigual distribuição de valor entre línguas.

O conceito de ouvintismo permite nomear a ordem que toma a experiência ouvinte como padrão universal e concede aos ouvintes a autoridade de definir como o surdo deve comunicar-se, aprender e participar. Ele não se reduz à existência de pessoas ouvintes nem implica antagonismo automático entre indivíduos. Trata-se de uma relação de poder materializada em currículos, diagnósticos, políticas, práticas profissionais e representações culturais. Há ouvintes que colaboram com a emancipação linguística e há surdos que podem reproduzir valores normalizadores; o critério analítico encontra-se na hierarquia imposta entre modos de existir. Enfrentar o ouvintismo

significa deslocar a decisão para os sujeitos afetados e reconhecer a legitimidade da experiência surda na formulação institucional.

A resistência linguística tampouco deve ser confundida com recusa ao português, às tecnologias auditivas ou aos cuidados em saúde. O objeto da contestação é a coerção que transforma uma possibilidade em obrigação e estabelece a aproximação do padrão ouvinte como medida de êxito. Uma política bilíngue aditiva amplia repertórios: assegura aquisição precoce da Libras, ensino sistemático do português escrito como segunda língua e acesso voluntário a outros recursos. Uma política assimilacionista, ao contrário, condiciona direitos ao desempenho oral, adia o contato com a língua de sinais ou a emprega apenas como apoio para ensinar português. A diferença entre esses modelos reside na distribuição de poder e no estatuto conferido a cada língua.

As narrativas de resistência acumuladas nas escolas contribuíram para a formação de agendas políticas. Professores e lideranças surdas transformaram experiências de oralização, ausência de intérpretes e isolamento comunicativo em demandas por formação docente, educação bilíngue, instrutores surdos e participação na elaboração curricular. Thoma e Klein mostram que memórias escolares impulsionaram articulações políticas desde a década de 1990 e produziram efeitos em documentos do movimento e na legislação (Thoma; Klein, 2010, p. 114-120). A passagem da experiência

individual à reivindicação coletiva constitui operação discursiva decisiva: o fracasso deixa de ser atribuído à incapacidade do estudante e passa a ser analisado como efeito de instituições linguisticamente inadequadas.

No presente, o silenciamento pode assumir formas menos explícitas. A Libras é celebrada em discursos institucionais, mas permanece ausente de reuniões, serviços públicos, materiais didáticos, sistemas de emergência e espaços decisórios. Contrata-se um intérprete para eventos solenes, enquanto a rotina continua inacessível; oferece-se disciplina introdutória de Libras, mas não se formam docentes capazes de ensinar conteúdos nessa língua; divulga-se uma tradução audiovisual, mas não se consulta a comunidade sobre qualidade e prioridades. A resistência desloca-se, então, para a fiscalização da implementação, a produção autônoma de conteúdos e a exigência de participação permanente. Reconhecimento simbólico sem redistribuição de recursos pode converter a diferença linguística em ornamento institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida evidenciou que a comunidade surda se constitui por vínculos linguísticos, experiências visuais, práticas culturais e formas coletivas de pertencimento que ultrapassam a definição clínica da surdez. Nesse processo, a Libras ocupa posição

central na construção das identidades surdas, na transmissão de conhecimentos e na consolidação de espaços de sociabilidade, sem que isso implique compreender a comunidade como homogênea ou desconsiderar suas diferenças internas.

As produções literárias, artísticas e performáticas demonstram que a cultura visual também representa um campo de autorrepresentação, preservação da memória e enfrentamento das práticas ouvintistas. A resistência linguística, inicialmente manifestada na manutenção clandestina das línguas de sinais, transformou-se em mobilização política organizada, contribuindo decisivamente para o reconhecimento jurídico da Libras e para a reivindicação da educação bilíngue.

Conclui-se, entretanto, que o reconhecimento legal não assegura, isoladamente, a efetivação dos direitos linguísticos. Permanecem necessários investimentos em aquisição precoce da Libras, formação de profissionais bilíngues, produção cultural, acessibilidade nos serviços públicos e participação direta das pessoas surdas na formulação das políticas que lhes dizem respeito. Desse modo, as lutas da comunidade surda continuam fundamentais para que a Libras seja reconhecida não apenas formalmente, mas como língua legítima de educação, cultura, conhecimento e exercício pleno da cidadania.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais — Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 4 ago. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais — Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 4 ago. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 4 ago. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional —, para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114191.htm. Acesso em: 4 ago. 2026.

BRITO, Fábio Bezerra de. Percursos históricos da luta político-ideológica dos surdos brasileiros por direitos sociais, linguísticos e educacionais. **The ESpecialist**, São Paulo, v. 40, n. 3, 2019. DOI: <https://doi.org/10.23925/2318-7115.2019v40i3a7>. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/esp/article/view/42458>. Acesso em: 4 ago. 2026.

BRITO, Fábio Bezerra de. O direito de ser surdo em língua de sinais: o ativismo político-cultural surdo e a Lei de Libras no Brasil.

Revista Espaço, Rio de Janeiro, ed. especial, p. 10-25, 2025. DOI: <https://doi.org/10.20395/revesp.2025.62.2.10-25>. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1907>. Acesso em: 4 ago. 2026.

CAMPELLO, Ana Regina; REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 30, n. esp. 2, p. 71-92, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.37229>. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/37229>. Acesso em: 4 ago. 2026.

FRANÇA, Luci Teixeira Iachinski de; LEITE, Maria Alzira. Slam como instrumento de reexistência da comunidade surda. **The ESpecialist**, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 42-55, 2024. DOI:

<https://doi.org/10.23925/2318-7115.2024v45i2e64521>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/esp/article/view/64521>. Acesso em: 4 ago. 2026.

KARNOPP, Lodenir Becker. Literatura surda. **ETD — Educação Temática Digital**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 98-109, jun. 2006. DOI: <https://doi.org/10.20396/etd.v7i2.795>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/795>. Acesso em: 4 ago. 2026.

KARNOPP, Lodenir Becker. Produções culturais de surdos: análise da literatura surda. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 36, p. 155-174, maio/ago. 2010. DOI:

<https://doi.org/10.15210/caduc.v0i36.1605>. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1605>. Acesso em: 4 ago. 2026.

KARNOPP, Lodenir Becker. Produções culturais em Língua Brasileira de Sinais (Libras). **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 48, n. 3, p. 407-413, jul./set. 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fale/article/view/12616>. Acesso em: 4 ago. 2026.

KENDRICK, Denielli; CRUZ, Gilmar de Carvalho. Oficialização da Libras: movimento surdo e política linguística de resistência. **Trama**, Marechal Cândido Rondon, v. 14, n. 32, p. 4-14, 2018. DOI: <https://doi.org/10.48075/rt.v14i32.18656>. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/18656>. Acesso em: 4 ago. 2026.

LEBEDEFF, Tatiana Bolívar. Aprendendo a ler “com outros olhos”: relatos de oficinas de letramento visual com professores surdos. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 36, p. 175-195, maio/ago. 2010. DOI: <https://doi.org/10.15210/caduc.v0i36.1606>. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1606>. Acesso em: 4 ago. 2026.

LOPES, Maura Corcini; VEIGA-NETO, Alfredo. Marcadores culturais surdos: quando eles se constituem no espaço escolar. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. especial, p. 81-100, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10541>. Acesso em: 4 ago. 2026.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. “Vai ter música?”: para uma antropologia das festas juninas de surdos na cidade de São Paulo. **Ponto Urbe**, São Paulo, n. 1, 2007. DOI: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.1239>. Disponível em:

<https://journals.openedition.org/pontourbe/1239>. Acesso em: 4 ago. 2026.

MEDEIROS, Jonatas Rodrigues; SANTOS, Edvaldo; SANTOS, Silvana Aguiar dos. O que a poesia surda periférica sinaliza para as políticas linguísticas direcionadas às comunidades surdas? **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 18, n. 4, p. 6952-6969, out./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2021.e81229>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/81229>. Acesso em: 4 ago. 2026.

PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin. História cultural dos surdos: desafio contemporâneo. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 30, n. esp. 2, p. 17-31, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.37011>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/37011>. Acesso em: 4 ago. 2026.

QUADROS, Ronice Müller de. Políticas linguísticas e educação de surdos em Santa Catarina: espaço de negociações. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 26, n. 69, p. 141-161, maio/ago. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622006000200003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/T55NhKLDWBBWnZvNCTJ5Qqk/>. Acesso em: 4 ago. 2026.

SANTANA, Ana Paula; BERGAMO, Alexandre. Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 565-582, maio/ago. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000200013>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/hxDxvJQjCZy8MCdBGLgGNnK/>. Acesso em: 4 ago. 2026.

SANTOS NETO, Daniel Neves dos; JESUS, Luciana Pereira de; GOMES, Antenor Rita. Arte surda: interfaces entre cultura surda e cultura visual. **Revista Virtual de Cultura Surda**, [S. l.], ed. 21, p.

1-36, maio 2017. Disponível em: <https://editora-arara-azul.com.br/site/admin/ckfinder/userfiles/files/1%C2%BA%20Artigo%20de%20Santos%20Neto%20%26%20Pereira%20de%20Jesus%20%20%26%20Gomes.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2026.

THOMA, Adriana da Silva; KLEIN, Madalena. Experiências educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos no Brasil. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 36, p. 107-131, maio/ago. 2010. DOI: <https://doi.org/10.15210/caduc.v0i36.1603>. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1603>. Acesso em: 4 ago. 2026.

WITCHS, Pedro Henrique; LOPES, Maura Corcini. Forma de vida surda e seus marcadores culturais. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, e184713, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698184713>. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/21320>. Acesso em: 4 ago. 2026.

WITCHS, Pedro Henrique; TEIXEIRA, Keila Cardoso. Bilíngues clandestinos: condições epistemológicas da educação linguística dos surdos no século XX. **The ESpecialist**, São Paulo, v. 40, n. 3, 2019. DOI: <https://doi.org/10.2392,5/2318-7115.2019v40i3a5>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/esp/article/view/42921>. Acesso em: 4 ago. 2026.